



## **As mobilizações políticas na Sociedade de Risco: uma reflexão teórica**

Patricia Cúcio Guisordi

Mestranda em ciências sociais pela PUC-SP

**Resumo:** A proposta deste artigo é realizar uma reflexão teórica sobre as mobilizações políticas no contexto da Segunda Modernidade (modernidade reflexiva) e a construção de novas utopias pelos indivíduos mobilizados. Com esse intuito se parte da perspectiva de uma sociedade civil constituída por indivíduos que optam pelo planejamento que contempla as camadas mais vulneráveis da população, buscando equacionar os riscos que estes estão expostos. Por fim, aborda-se como as ferramentas disponíveis no ciberespaço podem contribuir nestas novas mobilizações.

**Palavras chaves:** modernidade; realismo utópico; ciberespaço; sociedade civil.

**Abstract:** The purpose of this article is a theoretical reflection on the political mobilization in the context of the Second Modernity (reflexive modernity) and the construction of new utopias mobilized by individuals. To that end a part of the perspective of a civil society composed of individuals who choose a plan that includes the most vulnerable sections of the population, seeking to equate the risk they are exposed. Finally, it discusses how the tools available in cyberspace can contribute to these new mobilizations.

**Key words:** modernity, utopic realism, cyberspace, civil society

A proposta deste artigo é realizar uma reflexão teórica sobre as mobilizações políticas no contexto da Segunda Modernidade (modernidade reflexiva) e a construção de novas utopias pelos indivíduos mobilizados. Com esse intuito se parte da perspectiva de uma sociedade civil constituída por indivíduos que optam pelo planejamento que contempla as camadas mais vulneráveis da população, buscando equacionar os riscos que estes estão expostos. Desta maneira o artigo se propõe a realizar uma reflexão teórica a respeito das mobilizações políticas ocorridas na Segunda Modernidade. Para tanto, se realizou uma discussão sobre as transformações ocorridas no seio da sociedade industrial e sua migração para a sociedade de risco. Conceituou-se que dentro da



sociedade de risco surgem mobilizações políticas populares, constituídas por indivíduos expostos aos mais variados riscos. Essas mobilizações políticas populares diferentemente da Primeira Modernidade não são compostas apenas pela classe trabalhadora, mas por uma gama de indivíduos que se mobilizam para reivindicar do Estado a garantia de determinados direitos, sociais ou civis.

Nesta perspectiva compreendeu-se que a sociedade civil é composta por indivíduos que buscam por melhorias efetivas em sua vida através de políticas de emancipação e de políticas da vida – coletivamente ou individualmente. Para tanto se criam novas utopias, que podem ser resumidas no lema “Um novo mundo é possível” do Fórum Social Mundial que inspiram os movimentos de contrapoder a agirem para a construção de uma nova sociedade global.

Por fim, aborda-se como as ferramentas disponíveis no ciberespaço podem contribuir nestas novas mobilizações através da criação de um público em rede e de audiências invisíveis.

## **A Segunda Modernidade: Indivíduo, Sociedade Civil e Mobilizações Políticas**

Os avanços tecnológicos e as novas descobertas científicas dos últimos anos levaram a humanidade a patamares de conhecimento nunca antes vivenciados. O processo de modernidade que se inicia, de acordo com Berman (1986), em meados do século XVI, com o início da experimentação da vida moderna por parte da população, sobretudo na Europa, culmina com a expansão da modernidade no século XX, envolvendo, virtualmente, o mundo todo. Essa modernidade resulta no surgimento de uma sociedade industrial, que pode ser compreendida como um sistema formado por bonecas russas (BECK, 2012), em que uma se encaixa na outra, ou seja, a sociedade é construída por camadas na qual há o núcleo familiar, que conduz a determinada classe social, a um determinado partido e, assim por diante, sucessivamente.

(...) a classe supõe família nuclear, que presume os papéis dos sexos, que presume a divisão do trabalho entre homens e mulheres, que presume o casamento. As classes também são concebidas como a soma das situações familiares nucleares, que se parecem uma com a outra e são diferenciadas de outras “situações familiares” típicas de classe (BECK, 2012 p. 15).



Para Beck (2002) o processo que culminou com a sociedade industrial é a Primeira Modernidade, aquela que se orienta através do desenvolvimento científico, em geral, positivista, pelos avanços indústrias, e pelo capital produtivo. Porém esse avanço da modernidade industrial e a vitória do capitalismo produtivo podem levar o mundo a uma autodestruição (Beck, 2002) devido à potencialidade dos riscos<sup>1</sup> produzidos pelos avanços tecnológicos desta sociedade. Assim adentra-se no período da Segunda Modernidade a qual foi “iniciada no período posterior às grandes guerras, resultando do avanço tecnológico e das mudanças no sistema capitalista, especialmente de sua “simbiose histórica (...) [com] a democracia.” (PRINA, 2005 p. 11)

Se, no fundo a modernização simples (ortodoxa) significa primeiro a desincorporação e, segundo, a reincorporação das formas sociais tradicionais pelas formas sociais industriais, então a modernização reflexiva [Segunda Modernidade] significa primeiro a desincorporação e, segundo, a reincorporação das formas sociais industriais por outra modernidade. (BECK, 2012 p.13)

Com a Segunda Modernidade, a sociedade industrial migra para a sociedade de risco, a qual “a distribuição dos riscos não corresponde às diferenças sociais, econômicas e geográficas típicas da primeira” (GUIVANT, 2001, s/p).

O eixo principal da sociedade industrial é a distribuição de bens, enquanto para a Sociedade de Risco é a **distribuição dos “males” ou perigos**. Além disso, a sociedade industrial é estruturada através de classes sociais, enquanto que a Sociedade de Risco é individualizada. (BECK, 2012 p.13)

Com isso, os resultados de uma catástrofe ambiental tal como um tsunami, ou, como recentemente ocorreu no Brasil, o rompimento de uma barragem, não escolhem a quem atingirão já que ocorre essa distribuição dos perigos que tais eventos podem

---

<sup>1</sup> É certo que sempre se pode entender a sociedade como uma resposta a todos os perigos possíveis. Mas ocorre que o conceito de risco é moderno. Sua própria história já indica que ele não existia em épocas mais remotas, nas quais os homens se viam à mercê de catástrofes naturais ou de intervenção dos deuses. Os riscos estão ligados a decisões humanas, quer dizer, ao processo civilizacional, à modernidade progressiva. Isso significa que a natureza e a tradição, longe de ter um poder inquestionável sobre os homens, passam a depender da ação das decisões humanas. Dito em termos extremados, o conceito risco assinala o fim da natureza e o fim da tradição. Ou, em outras palavras, fala-se em risco ali onde a natureza e a tradição perderam a sua validade ilimitada e se tornaram dependentes de decisões (BECK apud PRINA, 2005 p.14)



ocasionar. Porém, é importante frisar, como informa o Relatório AR5 do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, sigla em inglês IPCC – *Intergovernmental Panel on Climate Change*, que “os perigos relacionados com o clima **“afetam diretamente” as vidas dos mais pobres** porque têm impacto direto em seus meios de vida, na redução das safras, na destruição de suas moradias e, de forma indireta, ao aumentar os preços dos alimentos e a insegurança alimentar”.<sup>2</sup> (SEVILLINO, 2014). Mesmo sendo os mais vulneráveis aqueles que se encontram na linha da miséria ou próxima dela deve-se notar que problemas ambientais ou ameaças nucleares (bombas ou usinas nucleares) atingem a toda a sociedade. Talvez o grau de afetação seja diferente para camadas diferentes, mas é possível senti-la nas mais variadas classes sociais.

Com a passagem da sociedade industrial para a sociedade de risco, mudam-se as bases epistemológicas para a análise por parte da sociologia. Novos atores, problemas e demandas surgem. As questões de ordem privada e individual passam a também serem questões de Estado, como, por exemplo, o caso da construção de creches em bairros mais periférico, que permitirá aos pais a possibilidade do trabalho fora de casa. E em muitos casos as dificuldades individuais são a força aglutinadora de mobilizações políticas na luta por direitos ou reivindicações das mais variadas ordens. Dessa maneira, os movimentos sociais também se modificam. Se na sociedade industrial o proletariado é a classe universal em combate a pobreza, em uma sociedade de risco não é possível identificar quem é o personagem universal para uma transformação social, já que emergem os mais variados grupos com as mais variadas questões, demandas e pleitos.

Outro ponto a se pensar com a mudança ocorrida na sociedade é a relação entre sociedade civil e Estado. Para isso é importante ter-se em mente que o conceito de sociedade civil é um conceito guarda-chuva, ou seja, um conceito que possui conotações diferentes de acordo com cada abordagem teórica que a ele se dá. Na atualidade de acordo com Ramos (2005) quatro são as matrizes teóricas em destaque: matriz neotocquevilliana, matriz neoliberal, matriz habermasiana e matriz neogramsciana. O

---

<sup>2</sup> O relatório Impactos, Adaptações e Vulnerabilidade (Impacts, Adaptations and Vulnerability) do IPCC está disponível em inglês no endereço eletrônico: <http://ipcc-wg2.gov/AR5/>



presente artigo utiliza o conceito de sociedade civil em uma ótica neogramsciana, pois enxerga a possibilidade de transformação social a partir dos movimentos populares que os indivíduos empreendem em resposta aos riscos que se encontram expostos pelo avanço da globalização<sup>3</sup>. Ao abordar as mobilizações nesta perspectiva pode-se observar que tais mobilizações<sup>4</sup> buscam desarticular as redes de poder desenvolvidas pelo capitalismo através da criação de novos significados na mente das pessoas (Castells, 2013).

Muito embora Gramsci e Beck estejam analisando épocas diferentes, Gramsci analisa a Primeira Modernidade e Beck a Segunda, pode-se encontrar pontos de convergência em seus estudos sobre o indivíduo. Prina (2005) descreve tais pontos de convergência e afastamento do conceito de indivíduo para Beck e Gramsci, que pode-se resumir na seguinte citação:

Evidencia-se que às relações entre indivíduo e sociedade aparecem nos dois autores mediante a uma forte crítica à sociedade capitalista. No entanto, enquanto em Gramsci reafirma-se a possibilidade do marxismo como paradigma para a superação do projeto de sociedade vigente, em Beck delinea-se uma perspectiva de crítica ao sistema capitalista, mas, ao mesmo tempo a impossibilidade de superá-lo. Pode-se concluir que existe uma distinção que não é de “mérito” e sim de “método”, o que implica numa determinada visão de homem e sociedade. (PRINA, 2005 p.5)

Muito embora a crítica ao capitalismo produzida por Beck não veja as possibilidades de transformação, ao se observar as diferentes mobilizações políticas ao redor do globo desde 2011 percebe-se que a indignação dos indivíduos os tem mobilizado na busca por melhores condições de vida. É neste contexto de um mundo globalizado e povoado dos mais diversos riscos que a subpolítica (Beck,1997) surge como espaço para a participação dos indivíduos que compõem a sociedade civil e que se mobilizam de acordo com os seus interesses particulares. Neste ponto é importante

---

<sup>3</sup> Entende-se a globalização como a ideologia do mercado mundial. Ideologia do neoliberalismo. No caso a globalização é igualada à globalização econômica sob o ditame do mercado mundial (BECK apud PRINA, 2005 p. 74)

<sup>4</sup> O artigo refere-se as mobilizações políticas ocorridas após o ano de 1989 , ano que marcou a queda dos últimos Estados comunistas.



destacar que Beck compreende essa participação fora das arenas tipicamente existentes para a produção da política. Aqui o indivíduo não se encontra vinculado a partidos políticos ou movimentos sociais tradicionais da modernidade industrial, como os sindicatos, ele se vincula a coletivos que reivindicam de baixo para a cima a participação da sociedade nas instituições políticas (sociedade política) que compõem o Estado moderno.

Subpolítica (*sub-politics*), então, significa moldar a sociedade de baixo para cima. Visto de cima, isto resulta na perda do poder de implementação, no encolhimento e na minimização da política. No despertar da subpolitização há oportunidades crescentes de se ter uma voz e uma participação no arranjo da sociedade. (Beck. 1997, p.44)

## **Mobilizações Políticas Populares na Sociedade do Risco**

A década de 1980 foi um período decisivo para os rumos que a modernidade nos países europeus tomaria. Essa década foi marcada pelo final da Guerra Fria, a erosão do bloco socialista, a volta dos regimes democráticos em vários países sul-americanos, inclusive no Brasil. Destaca-se também que é durante os anos de 1980 que se inicia a expansão do avanço das tecnologias de informação e comunicação, as TICs, os quais se acentuariam nas décadas seguintes, culminando no *boom* das redes sociais *online* e dos aplicativos de mensagem instantânea que se vivencia hoje.

O aprofundamento da sociedade industrial, como descrito acima, resultou em uma modernidade reflexiva, a qual pensa sobre ela mesma onde os atores são capazes de realizar o monitoramento reflexivo de suas ações, medindo os efeitos de cada decisão ou ação tomada. Porém, ao observar a modernidade sobre esse prisma não se deve entendê-la:

Meramente como uma “autoconsciência”, mas como o caráter monitorado do fluxo contínuo da vida social. **Ser um ser humano é ser um agente intencional**, que tem razões para suas atividades e também está apto se solicitado, a elaborar discursivamente essas razões. (GIDDENS, 2013 p. 3 – grifo do autor)



Nesta perspectiva, o ser humano passa a ser um agente intencional. As modificações ocorridas na base social, notadamente na configuração do mundo familiar como aponta Beck (2012), geram um processo que o autor caracteriza como individualização a qual:

Não significa individualização como uma ideologia. O termo também não é utilizado da mesma maneira que os psicólogos desenvolvimentistas utilizam para descrever o processo da autonomia individual. O termo também não pode ser equiparado ao egoísmo do mercado presentes no Thatcherismo ou Reaganismo. Tal fato seria um engano completo. Por fim, não é também o que Habermas descreve como emancipação. Individualização é um conceito que descreve a transformação estrutural das instituições da sociedade. Isto descreve a relação entre o individual e a sociedade. (BECK & WILLSMS; 2004 p.62 – tradução da autora<sup>5</sup>)

Concomitante a esse processo, ocorre à dissolução das fronteiras políticas (público e privado), que, segundo Beck (2011), está sustentada em quatro teses. A primeira é que a sociedade encontra-se dividida entre a ideia de *citogenia*, cidadão de direitos, e *bourgeois*, interesses privados, o que resulta na diferenciação de um sistema político-administrativo e um sistema técnico-econômico. Os princípios da esfera política (cidadão de direito) são intrínsecos ao sistema político-administrativo, o qual atua para a participação dos cidadãos através da representação, e os interesses técnico-econômicos (interesses privados), que supostamente não pertencem à política, estão baseados em técnicas e resultados.

A segunda tese aponta que essa distinção do político (*citoyen* - cidadão) e o não político (*bourgeois* – interesses privados) é válida nos séculos XIX e XX e que as mudanças ocorridas na sociedade com o avanço dos direitos sociais (*welfarestate*) do lado político, e os avanços da técnica científica (questões ligadas a gestão e ao

---

<sup>5</sup> No original em inglês: “Individuation does not mean individualism in the sense of a celebratory ideology. It does not mean individuation in the sense used by developmental psychologists to describe the process of becoming an autonomous individual. And it can't be equated with the market egoism of Thatcherism or Reaganism. That's complete misunderstanding. It is also not what Jürgen Habermans describes as emancipation. Individualization is a concept which describes a structural transformation of society's institutions. It describes a change in the relation of the individual to society.”(BECK & WILLSMS; 2004, p. 62)



desenvolvimento tecnológico) de outro apontam que o não político deseja “equalizar” as diferenças, já que a sociedade encontra-se dividida entre o político e o apolítico.

A terceira tese defendida por Beck (2011) diz que ambos os processos (político e o apolítico) somam-se a uma dissolução das fronteiras da política, pois a nova cultura política, desenvolvida ao longo da construção do *welfarestate*, passa a levantar questionamentos antes não levantados para o Estado, em uma busca por mais direitos e, possivelmente, participação, enquanto que os avanços técnico-científicos no bojo do seu desenvolvimento fazem com que novos questionamentos também sejam endereçados ao Estado, como, por exemplo, a pesquisa com células-tronco e os cibercrimes. Aqui pode-se observar uma semelhança, com a expansão destas técnicas cria-se novos riscos para a sociedade que fica a mercê de uma nova legislação para controlá-los e que, ao mesmo tempo, pressiona o Estado para a criação de mecanismos de controle destes – criando, assim, uma nova camada de discussão e debate.

Por fim, a quarta tese afirma que o poder do Estado social legitimado e alcançado no início da modernização migra para instituições fora dele, as quais buscam o apoio do Estado social na legislação, regulação ou até mesmo intermediação dos possíveis riscos criados pelo avanço técnico-científico e econômico. Assim, Beck (2011) aponta que o apolítico passa a ser político e a incidir no cotidiano dos cidadãos.

Essas transformações passam a modificar a composição da sociedade civil. No início do século XX (sociedade industrial) ela estava orientada para a conquista de direitos e o movimento social por excelência era o trabalhista, logo, o proletariado o seu agente universal (GUIDDS, 1991). Na contemporaneidade, surgem novos questionamentos e novos riscos abrindo o leque de reivindicações para além daquelas propostas pelo movimento trabalhista. O processo de individualização abre oportunidade para a participação de outros grupos sociais que se identificam ou por traços culturais ou por reivindicações semelhantes. Questões como o direito das mulheres, luta contra a discriminação racial, as ameaças ambientais, os riscos de conflitos armados, que podem levar o mundo a uma hecatombe, não são apenas debatidos no Estado nação, nos partidos ou grandes grupos (PRINA, 2005). Esses assuntos passam a ser temas da subpolítica que por sua vez é:





Uma resposta a individualização, que ao pluralizar as possibilidades de interação humana além das instituições da Primeira Modernidade, geram consigo uma pluralização dos foros de decisão. (PRINA, 2005 p. 67)

Com tais debates surgem diferentes movimentos sociais, que não buscam apenas a superação das desigualdades e da servidão através de uma política emancipatória, mas também buscam a auto-realização através de uma política da vida<sup>6</sup>.

Uma vez que os riscos são mais eminentes para as populações mais vulneráveis os movimentos populares, formados a partir dos interesses privados dos indivíduos que o compõe, buscam influenciar o debate político para a concretização de lemas como “Um Novo Mundo é Possível”, do Fórum Social Mundial que se propõe a ser um espaço de diálogo entre diferentes movimentos sociais populares.

Desta maneira, uma parcela da sociedade civil<sup>7</sup>, formada por diferentes atores (individuais ou organizados em coletivos), busca a concretização de seus planos para o futuro. Essa busca pela construção de um ideal de futuro pode ser denominada de realismo utópico o qual é compreendido como um planejamento que está ciente de grande parte das causas da situação em que os povos vivem e que, ao mesmo tempo, tenta compor os sonhos de um futuro/mundo melhor (WANDERLEY, 2013).

Esses movimentos contemporâneos disputam no seio da sociedade civil a possibilidade de influenciar o projeto político das instituições políticas que formam o Estado. Diferentes repertórios de ação são executados na tentativa de construir novos significados na mente dos indivíduos. Ou seja, a sociedade civil não está orientada apenas por princípios progressistas e que tenham por ideal a melhoria da vida das populações, diferentes interesses e visões de mundo compõe esse aglomerado de organizações, dos mais variados tipos. Castells (2013) afirma que ocorre uma verdadeira batalha pela construção de novos significados para as pessoas, já que o significado “vencedor” pautará o projeto de futuro daquela sociedade e Estado.

---

<sup>6</sup> Política emancipatória se refere a “engajamentos radicais voltados para a liberação das desigualdades e da servidão.” Enquanto que a política da vida “se refere a engajamentos radicais que procuram incrementar as possibilidades de uma vida realizada e satisfatória para todos.” (GIDDENS 1991 p. 138)

<sup>7</sup> A sociedade civil não é apenas composta por organizações populares, indivíduos liberais e/ou princípios progressistas. Ela também é formada por organizações, coletivos e outros grupos que defendem a manutenção do *status quo*. Em seu seio pode-se encontrar uma diversidade de conflitos e disputas.



Muitos são os palcos, espaços, onde a disputa pela possibilidade de influenciar o planejamento estatal ocorre, um deles é o ciberespaço, espaço que para atores como Castells (2103) e Lemos e Levy (2012) compreendem como fundamental na construção do imaginário popular e na possibilidade de mobilização dos indivíduos que compõe a sociedade civil da Segunda Modernidade.

## **O Uso do Ciberespaço nas Mobilizações Políticas Atuais**

O avanço da técnica da sociedade industrial gerou, desenvolveu e aperfeiçoou a informática, o que permitiu o surgimento do ciberespaço. Lemos e Levy (2012) explicam que o ciberespaço é formado por camadas de tecnologia desenvolvidas ao longo dos anos. A primeira camada de conhecimento surge na década de 1950 e endereça os *bits* de informação na memória dos computadores, o que resultou no surgimento da informática. A segunda camada endereça os servidores de informação nas redes em meados da década de 1960, surgindo, assim, a *Internet*, ou seja, a parte estrutural por onde as informações navegam, e, é nesta estrutura criada que ocorre o desenvolvimento das primeiras comunidades virtuais que se popularizaram entre os acadêmicos, profissionais e a juventude urbana na década de 1980<sup>8</sup>. A terceira camada é aquela conhecida como *web* e é desenvolvida no final dos anos de 1980 e início dos anos 1990 e endereça as páginas e documentos alocados na estrutura da rede permitindo identificar e realizar as hiperligações entre as páginas e os diversos documentos. Para Levy e Lemos (2012) esse avanço resulta na criação de uma nova esfera pública mundial – o que é necessário observar com cautela, já que a infraestrutura da *internet* que sustenta o ciberespaço encontra-se em mãos de empresas privadas, assim como grande parte das ferramentas e aplicativos disponibilizados nele.

A primeira vez que as ferramentas do ciberespaço foram utilizadas por movimentos populares ocorreu em meados da década de 1990 durante o levante indígena ocorrido em Chiapas no México onde:

---

<sup>8</sup> Primeiramente o acesso se popularizou na costa leste dos Estados Unidos, notadamente na Califórnia. Depois expandiu para Europa e hoje, uma grande parte da população mundial encontra-se conectada a rede mundial de computadores.



(...) sem que ninguém o previsse, coletivos e indivíduos de diversos lugares do mundo principiaram a utilizar as tecnologias digitais para incidir sobre a rebelião, divulgar denúncias contra a militarização, às violências aos direitos humanos, e inclusive para coordenar e organizar protestos. (SANCHO, 2012)

Em 2011, o ciberespaço foi o ambiente onde diferentes movimentos sociais em diferentes regiões do planeta se mobilizaram politicamente com os mais variados lemas e bandeiras, porém, todos apontando certa insatisfação com os rumos tomados por suas sociedades e buscando idealizar novos caminhos para a sociedade e o Estado. Neste mesmo ano a revista *Times* considerou o manifestante (*The Protester*) como a personalidade do ano, o que aponta para o fato de que diferentes *players* ou atores estão interessados em participar do planejamento de suas sociedades, buscando não apenas a superação da pobreza (política emancipatória), mas também a possibilidade de sua auto-realização (política da vida). Isso fica evidenciado nos cartazes e faixas empunhados que diziam “99% cujo bem-estar fora sacrificado em benefício de 1% que controla 23% das riquezas do país” (*Occupy Wall Street*, 2011); “Democracia Real Já” (Indignados, 2011), ou ainda: “Não é pelos 0,20” (Brasil, 2013)

Em todos os casos os movimentos ignoraram partidos políticos, desconfiaram da mídia, não reconheceram nenhuma liderança e rejeitaram toda organização formal, sustentando-se na internet e em assembleias locais para o debate coletivo e tomada de decisões (CASTELLS, 2013, s/p)

Castells ao analisar os eventos ocorridos em 2011 destaca que é importante compreender que muito embora a Primavera Árabe, *Occupy* e Indignados tenham se utilizado das ferramentas do ciberespaço para divulgarem suas pautas, organizar as suas ações informando e atualizando os manifestantes em tempo real, há uma grande diferença entre eles. Os movimentos do mundo árabe, em geral, lutaram e buscaram por participação política, enquanto que os movimentos da Europa e EUA criticaram e foram contrários ao gerenciamento equivocado da crise financeira mundial iniciada em 2008. Porém, em todos os casos não é apenas a pobreza, a crise econômica ou a falta de democracia que motivou essa rebelião multifacetada (CASTELLS, 2013), mas a quebra de confiança no contrato social que expôs a sociedade aos riscos ambientais, políticos e financeiros os quais geraram o medo, a indignação e, após isso, a esperança em uma



humanidade melhor a partir da construção de um novo projeto de futuro que atenda a demanda das camadas populares.

Em *Comunicación Y Poder* (2009), Castells descreve sua teoria do poder, afirmando que as relações de poder são constitutivas da sociedade porque aqueles que o detêm constroem instituições segundo seus valores e interesses. O que acontece é que na atualidade as redes de poder são constituídas pelas redes financeiras, redes políticas, redes culturais e etc., e que em geral elas estão orientadas sobre as premissas neoliberais, compartilhadas através da globalização neoliberal, e nas quais, em geral, as elites “acreditam”.

Estes movimentos populares, ao se mobilizarem, constituem-se no contrapoder que é a tentativa deliberada de alterar as relações de poder (CASTELLS, 2013). Para isso utilizam as possibilidades da autocomunicação em massa que fornece a plataforma tecnológica para a construção da autonomia do ator social, seja ele individual ou coletivo, em relação às instituições da sociedade moderna.

Surge desta maneira uma nova forma de atuação política: o ciberativismo, ou seja, o ativismo dentro do ciberespaço, onde as ferramentas multimidiáticas são utilizadas para a disseminação de diferentes causas na tentativa de pautar a agenda política e os meios de comunicação e, assim, intervir no planejamento social do Estado. No caso da sociedade brasileira, temas como o aborto, redução da maioria civil e os problemas ambientais são comunicados massivamente em blogs, perfis de *Facebook* e *Twitter* através de *posts* e etc.

O uso destas ferramentas permite a criação do que pode se chamar de público em rede (BOYD *apud* RECUERO, 2012) o qual se caracteriza pela possibilidade de armazenamento do que foi publicado; a possibilidade de busca destas informações; replicabilidade; e, o surgimento de audiências invisíveis – um público que não é percebido pela própria rede social daquele que produziu a mensagem como amigos dos amigos que lêem o que é publicado, por exemplo, nas redes sociais online.

São esses públicos em rede a constituição básica da estrutura da difusão das informações nesses meios (redes sociais online). Entretanto, também são, nesse caso parte da estrutura técnica sobre a qual essas redes estão estabelecidas e que influenciam não apenas a



apropriação para a difusão de informações, mas igualmente, o processo em si. (RECUERO, 2012)

É desta maneira que os movimentos sociais, ao se mobilizarem no ciberespaço através de “twitaços”; hashtags, petições *online*, blogs e etc.; buscam criar novos significados, sonhos e possibilidades junto aos indivíduos na tentativa de, através de oportunidades políticas, poderem criar novos caminhos de justiça social e igualdade e que, através desta construção coletiva, se influencie as instituições políticas, formadoras da sociedade política, para que se construa o que comumente se chama de bem comum.

## Considerações Finais

Muito embora Beck e Gramsci estejam observando períodos históricos diferentes, o artigo buscou apontar a crítica ao modelo capitalista, que ambos os autores realiza, apontando que na atualidade ocorrem mobilizações políticas que podem ser caracterizadas como mobilizações de contrapoder uma vez que estas buscam desmantelar as redes de poder constituídas.

Deste modo, passa-se a observar tais mobilizações como possíveis construtores de uma “nova ordem social” na qual os indivíduos organizados em coletivos, movimentos sociais e etc. – que se diferem daqueles do período industrial – buscam através do realismo utópico sanar os riscos, aos quais todas as sociedades estão expostas e que, porém, as camadas populares são as que mais sofrem o seu impacto.

Por fim, como o debate político sai das arenas tradicionais, na Segunda Modernidade, ele também passa a ocorrer dentro do ciberespaço. Por isso o artigo buscou refletir como que as ferramentas deste espaço contribuem com os movimentos de contrapoder e, as maneiras como as mobilizações políticas podem ocorrer dentro dele. E, como a criação de audiências invisíveis e o surgimento do público em rede podem colaborar para a disseminação de novas utopias para a sociedade.

## Referências Bibliográficas

BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.



\_\_\_\_\_. **Sociedade de Risco. Rumo a uma outra modernidade.** 2ªed. São Paulo: Editora 34, 2011.

BECK, U.; WILLMS, J. **Conversations with Ulrich Beck** s/e Londres: Sage, 2004.

BERMAN, M. **Tudo o que é sólido se desmancha no ar.** São Paulo: Editora Schwarcz, 1986.

CASTELLS, M. **Comunicación y poder.** Madrid: Alianza Editorial, 2009.

\_\_\_\_\_. **Redes de indignação e esperança.** Edição digital para Kindle. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GUIVANT, J. A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia. *Estudos Sociedade e Agricultura.*, Rio de Janeiro, N°16, pp.95-12, abril 2001. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezesseis/julia16.htm> Acessado em: 18.Nov.2015.

IPCC, *Climate Change 2014: impacts, adaptation and vulnerability.* Londres: Cambridge University Press, 2014. Disponível em: [https://ipcc-wg2.gov/AR5/images/uploads/WGIIAR5-PartA\\_FINAL.pdf](https://ipcc-wg2.gov/AR5/images/uploads/WGIIAR5-PartA_FINAL.pdf) Acessado em: 18.Nov.2015

LEMOS, A.; Lévy, P. **O futuro da internet.** São Paulo: Paulus, 2010.

PRINA, J.L.S *Indivíduo e Sociedade: escolhas individuais ou vontades coletivas? Um estudo em Antonio Gramsci e Ulrich Beck.* Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2005. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp012205.pdf> Acessado em 30.Nov.2015

RAMOS, L. C. S. *A sociedade civil em tempos de globalização: uma perspectiva neogramsciana.* Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: [http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/6617/6617\\_5.PDF](http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/6617/6617_5.PDF) Acessado em: 15.Nov.2015.



RECUERO, R. A rede é a mensagem: efeitos da difusão de informações nos sites de rede social. In: Eduardo Vizer. (Org.). *Lo que Mcluhan no previó*. Buenos Aires: Editorial La Crujía, 2012. Disponível em: <<http://www.raquelrecuero.com/arquivos/redemensagem.pdf>> Acessado em 14.Jul.2015

SANCHO, G. O teclado do subcomandante Marcos. *Revista Humboldt*. São Paulo: Instituto Goethe, 2012. Disponível em: <http://www.goethe.de/wis/bib/prj/hmb/the/157/pt9537662.htm>. Acessado em 15 Abr. 2013.

SEVILLNO, E. G. A mudança climática trará mais pobreza, êxodos e violência, *El País, versão eletrônica*. 30.Mar.2014, Acessado em 01.Dez.2015. Disponível em: [http://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/30/sociedad/1396210462\\_854402.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/30/sociedad/1396210462_854402.html)

WANDERLEY, L.E. Realismo Utópico: o público e o intertransdisciplinar. *Estudos Avançados*. Vol. 27, Nº 78, pp. 121-132, São Paulo.2013.